

ANÁLISE DO HABITAR VERNACULAR NO AMBIENTE CONSTRUÍDO E SUA PRESERVAÇÃO: Estudo de caso da Vila do Elesbão/ Santana- AP

Patricia Helena Turola Takamatsu

Professora do colegiado de Arquitetura e Urbanismo | Universidade Federal do Amapá

patritak@gmail.com

Fabiano Luís Belém

Professor do colegiado de Geografia | Universidade Federal do Amapá

flb.geo@gmail.com

Beatriz Alencar d'Araújo Couto

Professora do Departamento de Urbanismo da Escola de Arquitetura | Universidade Federal de Minas Gerais

couto_beatriz@hotmail.com

RESUMO: O presente estudo foi desenvolvido com o intuito de se analisar a realidade multifacetada que circunscreve a arquitetura vernacular de uma vila ribeirinha amazônica, empregado a construção de referencial bibliográfico da noção de arquitetura vernacular caracterizando analiticamente em estudo de caso. A escolha da Vila do Elesbão, para fins de investigação, justifica-se por constituir-se com a proposta de chancela da Paisagem Cultural pelo IPHAN. Entretanto, a vila está inserida num contexto de pressão urbana crescente gerado pela necessidade de habitação e expansão de terra urbana advinda de regiões localizadas na proximidade, que resulta em características próprias ainda preservadas, mas que estão em confronto direto com segregações espaciais urbanas dando outra dinâmica à conservação do patrimônio cultural no espaço urbano existente. Os resultados contatam que as políticas públicas necessitam observar o bem cultural proposto com um olhar ampliado do que se julga como objeto de patrimônio cultural arquitetônico para que ele possa ser melhor valorizado socialmente.

PALAVRAS-CHAVE: arquitetura vernacular; paisagem cultural, amapá.

1. INTRODUÇÃO

De difícil apreensão da área cultural e também das áreas da Arquitetura e Urbanismo, para as origens de uma conceituação do que seria vernacular, pode-se embrear e se mencionar uma das percepções sobre a “Casa Primitiva” de Rykwert (2009) que se atém à observação da busca pelos “começos” do ato de habitar. Segundo o autor, citando o escritor Proust, o termo advém da noção idealizada do paraíso de Adão e Eva onde se tenta “ser a memória de algo que não pode

estar senão perdido” (RYKWERT, 2009, p.3). Assim, a busca das origens, do vernáculo, da essência da habitação humana, nada mais é do que a busca infinita do criado pelo criador, arruinada pela falta de sua existência.

Para uma discussão mais consistente acerca da arquitetura vernacular, que exceda essa noção, cabe avaliar o significado próprio do tema, bem como da diferenciação entre o termo “vernacular” e o termo “ordinário”. Vernacular denota a busca pelo retorno à primitividade; a busca pelo original, invertendo-se a história, entretanto revestida de historicidade, do olhar oposto do presente para o passado. Fixa-se, então, não na existencialidade do objeto, mas sim na procura de algo transcendental.

O termo vernáculo se origina do termo *vernaculu* do latim, definindo-o como sendo próprio da região em que existe e que, em termos de linguagem, diz-se da linguagem pura, sem estrangeirismo; castiço. Por outro lado, o termo ‘ordinário’ mencionado por Venturi (2003), possui acepções depreciativas relacionadas, tais como inferior, de má qualidade, significando também regular, periódico. Além disso, o termo pode também apontar para o caráter clandestino (ilegal) da produção das edificações até chegar à sua abordagem como concernente ao âmbito dos conjuntos habitacionais.

Para Sánchez (2008), que denominou a noção que aqui se aborda, mas denominou-a como patrimônio modesto urbano ao referir ao patrimônio cultural argentino, entendeu como patrimônio vernacular uma tardia valorização da história social que se fez aos mesmos, de um resgate do recorte do que se tinha até o momento como patrimônio. A autora destaca que o processo de valorização destes patrimônios é paralelo a ruptura com o modelo “história tradicional-patrimônio monumental”. Assim, qualquer forma arquitetônica, singular ou irrisória, sendo dotada de conteúdo estético é válida, diferenciando-se assim apenas por uma questão de opinião ou juízo de valor.

Já Castriota (2009) ao referir-se à arquitetura vernacular, trata-a como uma noção distanciada do que tradicionalmente se tem como arquitetura exemplar, arquitetura “não tradicional” e que se estabeleceu em torno das acepções modernas. A arquitetura vernacular para ele pode ser entendida como aquela fora do eixo de produção oficial, carregando no seu cerne a negação ao Movimento Modernista, dentro do quadro de atribuição de valores, mas fruto também da cisão que o movimento criou no contexto histórico.

Ao se analisar as origens da preservação do patrimônio de habitações distanciadas do campo do patrimônio cultural representado no espaço urbano, nota-se uma confusão de valores vernaculares. Ora se observa uma abordagem do patrimônio apenas como uma envoltória, da “casa”, “habitação”, “edificação” que recebe honras de ser protegido, decreto-Lei 25/37, ora se tem uma concepção de espaço urbano apenas para fins de estruturação de planos, envolto por questões de incorporação imobiliária, ou para a aplicação da espacialidade que apenas cita o

patrimônio cultural como mais uma tipologia de edificação assim como as tipologias unifamiliar, multi-familiar, etc. Deve-se, entretanto, lembrar que o patrimônio cultural está inserido dentro do Estatuto das Cidades, é colocado como instrumento de gestão urbana, de maneira que uma visão restrita ao campo do patrimônio ou ao campo do planejamento urbano é um tanto reducionista da realidade das moradias que podem estar no interstício dessas duas áreas do conhecimento.

Assim, ao se analisar estudos de suburbanização em que se ressalta o tema da habitação pode-se considerar que esta deixa de ser um problema regional para se tornar uma solução específica. No decorrer desta pesquisa, a temática se desenvolveu, evoluindo para os conceitos de arquitetura vernacular, deparando-se com a origem da mudança de paradigma da preservação do patrimônio no Brasil. Lembra-se o conceito de Arquitetura Civil, que hoje já em desuso, mas do qual o modernista Cardoso (1975, p. 3-5) trata em uma das primeiras edições da revista do patrimônio, editada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), sendo:

“... – quero me referir àquela da simples casa da habitação, não a dos palácios e edifícios públicos – a personalidade do projetista se perde na multidão, como que se apaga para deixar apenas sensível o gosto popular e coletivo. Por isso o interesse diferente que deve despertar no pesquisador, que então não pode mais considerar o edifício como um ser isolado e valendo por si mesmo, e sim apenas uma “figura” de um “campo” definido e limitado” (CARDOSO, 1975, p 3-5)

Assim, ao constatar que a arquitetura civil, habitacional, esta arquitetura simples (popular), se observada pelo retrovisor do passado compartilhado, nada mais era no seu momento de produção que simples habitação, sem que lhe fossem reconhecíveis valores patrimoniais. Retomando a consolidação das políticas de preservação no Brasil, sabe-se que só com os modernistas objetivaram-se valores que antes não existiam e que não são pensados quando de sua concepção pelo homem comum. Há de se evoluir nas abordagens, e é a motivação desta busca encaminhada ao vernáculo.

Das raízes da arquitetura como um conceito isolado e único, Rasmussen (2002) discute sobre se o que é julgado como arquitetura deveria realmente ser valorado. Conforme o autor, o senso comum é abordar a arquitetura como apenas a aparência externa, o que para a arquitetura real é apenas um dos muitos fatores que interessam, como sua própria aproximação da arte, que em essência não é explicável e sim, sentida.

Assim, a riqueza das impressões da arquitetura no espaço urbano é reflexo das próprias pessoas comuns. Desse modo, o homem imprime coloca seu cunho pessoal aos implementos que produz no urbano e, daí em diante, são eles que exercem sua influência sobre o homem. Tornam-se algo mais do que artigos puramente úteis (Rasmussen, 2002). Chega a tal ponto, seguindo por esta linha de pensamento, que analisa o urbanismo que não se podem tratar as impressões de um objeto sem ter que tratá-lo como uma coisa viva, dotado de própria fisionomia. Segundo Rasmussen (2002) tem-se que as características externas do meio urbano acabam por se tornar

um meio de comunicar sentimentos e estados de espírito entre pessoas e, com frequência, a única mensagem transmitida é a da conformidade dos sentimentos.

Carter e Cromley (2005), no estudo da arquitetura vernacular, se propõem não generalizar em um tema ainda pouco estudado e levantam alguns pontos principais. De acordo com os autores, o estudo da arquitetura vernacular é parte de um amplo campo de conhecimentos que envolvem os estudos da cultura material e do espaço urbano. Este campo estaria definido como o segmento do ambiente físico (humano) que é propositadamente projetado de acordo com os ditames culturais. Diferentemente de outros mamíferos, os seres humanos são capazes de criar maneiras de modificar o entorno, criando vestimentas, ferramentas dentre outros objetos.

Tal concepção da necessidade de moldar a vida não se dá de forma esporádica ou por ocasião, mas de forma sistemática e intencional, por meio da cultura. A cultura é um alicerce invisível que consistiria, conforme ainda Carter e Cromley (2005), em ideias, valores e crenças de um grupo particular social, mas aquém de nossa presença, modelando o comportamento do grupo, ajudando-o nas escolhas cotidianas, provendo regras para a interação social e oferecendo um plano geral de interação necessária. A conceituação proposta para a arquitetura vernacular é de que é o estudo das ações humanas e comportamentos que se manifestam na arquitetura comum dentro do espaço urbano e fora dele.

O entendimento de arquitetura vernacular destaca o acentuado papel do aprendizado da leitura arquitetônica no urbanismo, da “habilidade que se centra no tipo de orientação visual e espacial de análise”. Entretanto, afirmam que a arquitetura vernacular não pode ser apreendida apenas com isso, que deve ser complementada com uma série de fontes, tais como a história oral, documentos escritos e as edificações em si. A arquitetura vernacular é assim percebida quando o edifício é capaz de fornecer comunicação potencial sobre seu mundo social e cultural, sobre seus vários habitantes. (CARTER; CROMLEY, 2005). Assim, é possível pesquisar os testemunhos esvaziados da arquitetura vernacular, mas para isto é necessário um olhar mais treinado para descobrir quais foram as ações dos usuários perdidos, ou seja, daqueles que habitaram a casa no passado.

Não cabe ao estudo da arquitetura vernacular neste momento ocupar o espaço das áreas humanísticas, com a etnografia, história, antropologia etc, reclamando-se para tal tarefa o olhar do arquiteto e urbanista desvestido de considerações eruditas. As contradições existentes entre o modo de habitar das pessoas no mundo urbano contemporâneo e a fabricação das edificações destinadas ao morar foi a motivação primeira deste artigo. E a pergunta que norteou este trabalho é possível detectar características generalistas da arquitetura vernacular no município de Santana especificamente na Vila do Elesbão? A partir desta pergunta fez com que o objetivo principal desta pesquisa fosse identificar traços homogêneos que possibilitam a caracterização da

arquitetura vernacular no espaço urbano do município como uma arquitetura singular da área urbana daquele município.

1.1 Arquitetura Vernacular na Região Amazônica

O estudo de caso deste trabalho está voltado à arquitetura vernacular situa-se estrategicamente no município de Santana no Amapá (AP) que, junto com Macapá (AP) formam a região metropolitana do estado do Amapá. A Vila do Elesbão sofre pressão urbana de crescimento da cidade e conurbação vem sendo gerada pela necessidade de habitação e expansão de terra urbana advinda do Município de Santana (AP). Neste contexto é possível observar segregações espaciais ou apenas distinções espaciais que devem ser confrontadas com a conservação do patrimônio cultural existente, o que contrasta com políticas públicas atuais que tendem a tratar da excepcionalidade ou da singularidade que um bem cultural deve ter, para ser valorizado socialmente.

Para realizar esta pesquisa, fez-se menção as características arquitetônicas populares, valorizadas por Weimer (2005), que classifica as seguintes tipologias de moradias do povo brasileiro: moradia de “tocas”, moradia da caatinga, moradias de areais, as casas de coqueirais, casa de mangues, casa em pântanos, casas flutuantes, moradias dentro da floresta, as casas dos campos e as favelas urbanas. Para este artigo, faz-se relevante destacar o aspecto das casas de mangues e das casas de pântanos, onde o autor traz menção específica à morada ribeirinha, que, neste estudo de caso, localiza-se à beira do Rio Amazonas. Para a casa de mangues, o autor destaca que “por falta de uma política habitacional e do processo de exclusão social, uma das poucas alternativas que restam aos estratos mais pobres da população é construir suas moradas sobre palafitas” (WEIMER, 2005, p.21)

Entretanto, como cita no exemplo na região amazônica, se verifica que este tipo de ocupação é secular do povo vivendo em aldeias construídas sobre palafitas. Há falta de sensibilização das autoridades para descobrir e não tratar de forma saneadora este tipo de construção, onde se vê muitas vezes, a remoção da população e aterramento das áreas, para mudar a forma de vida da população, transvertida de “melhoria da qualidade de vida” e, podemos acrescentar, perdendo sustentabilidade ambiental (WEIMER, 2005).

As casas de pântanos, segundo Weimer, são uma variação da casa de mangues, como no exemplo das casas das populações amazônicas, no Marajó/PA, **conforme Figura 01** abaixo. Nestas regiões não há alternativa para as cheias cíclicas que transformam toda a ilha anualmente num imenso lodaçal, as casas são elevadas acima do solo (WEIMER, 2005). O autor ainda elabora:

Esta não é uma situação excepcional. Em toda a região amazônica, as estradas quase sempre são inexistentes, e são os cursos de água que se constituem nas vias de comunicação. Por isso as casas são construídas a margem dos rios. Mas o nível desses rios varia muito em função das estações. Para esse problema existem duas soluções possíveis: uma é fazer a casa flutuar, outra é construí-la sobre palafitas, a uma altura tal que fique mais alta que o nível máximo das cheias. Tudo perfeitamente adaptado ao clima superumido, a floresta e ao ciclo das águas. (WEIMER, 2005, p.27)

Figura 01: Igreja de madeira em Cachoeira do Arari



Fonte: Weimer, 2005, p.27

1.2 Contextualização da Vila do Elesbão

Buscando caracterizar a realidade do tema e trazendo à luz a dinâmica brasileira, analisou-se caso da Vila do Elesbão em Santana/AP. A metodologia científica aplicada conjugou as metodologias de Weimer (2005) e Carter e Cromley (2005) para a aplicação no estudo de caso, na qual a análise partiu do todo (espaço urbano) com a busca pelo caráter da edificação típica (Carter e Cromley; 2005) e para identificar as características vernaculares próprias adicionais às identificadas anteriormente por Weimer como tipologias de casas populares.

Para esta pesquisa, foram explorados os seguintes critérios analíticos embasados nos referenciais teóricos de Carter e Cromley (2005), classificados como: 1º Inserção Urbana e Histórica; 2º Morfologia 3º Pesquisa Documental; 4º Fotografias; 5º Mensuração; 6º Gravando a edificação; 7º Leitura da produção. Por fim, na leitura das edificações serão identificados três parâmetros: o tempo, a forma (estilo, tipo) e a função e a tecnologia.

Os dados levantados foram trabalhados a partir das fichas do Inventário do Conhecimento elaborado pelo IPHAN (2009), como ponto de partida da pesquisa. Por meio delas foi possível coletar dados acerca das edificações objeto de estudo, bem como obter informações das características dos moradores. Nesta oportunidade, observou-se que parte das edificações

inventariadas atendiam a metodologia de Carter e Cromley (2005). Assim, realizou-se uma abordagem de leitura espacial dos dados para o fim que objetiva abordagem qualitativa das características arquitetônicas que pode ser extraída das fichas e ampliação da fidelidade científica através da mensuração quantitativas de parâmetros pré-estabelecidos. Assim, a proposta é ampliar as conclusões do inventário apenas sobre a ótica da diferenciação da busca pelas edificações vernaculares.

A comunidade da Vila do Elesbão – Santana/AP vem sendo trabalhada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, através de uma proposta de uma Chancela da Paisagem, entretanto, destaca-se que a arquitetura vernacular deveria ser um elemento intrínseco a identificação e proteção do bem cultural. A Vila do Elesbão, inserida dentro do Município de Santana, próximo do Porto de Santana, que por Decreto é a principal área portuária do Estado, sendo o ponto de desembarque de produtos primários, como minérios. O Porto de Santana integrava parte da estrutura implantada nos meados da década de 1950, pela ICOMI, mineradora que explorou as reservas de manganês no Amapá até a década de 1990. O porto, se por um lado atrai a instalação das moradias na vila, também lança resíduos de arsênio nos rios da região.

O bairro do Elesbão, apesar de relativamente afastado do porto está dentro da área de Interesse Portuário conforme a Figura 02. Assim, ao mesmo tempo em que incidem diretrizes de preservação ambiental, é uma área de aplicação de interesse econômico, conforme apresentada no art. 57 do Plano Diretor de Santana/AP, o que acaba por não propiciar a conservação das comunidades ribeirinhas. Dentre os impactos mencionados já se tem a implantação na região indústrias, como olearias.

Figura 02: Vista aérea do Município de Santana. No detalhe maior, Vila do Elesbão



Fonte: Adaptado pelo autor de Google, 2013

Outro documento utilizado, foi Inventário e Cadastro de Construções e Oficinas de Carpintarias Naval do Elesbão também do IPHAN. O levantamento realizado em 2009 (Figura 03) visava identificar o processo de sobrevivência das atividades típicas da região, bem como identificar o potencial de reconhecimento da Paisagem Cultural da área. Observa-se que o ofício de carpintaria caracteriza-se como elemento diferenciado da Vila. O documento destaca que a cultura da criação de embarcações é anterior ao período da própria ocupação portuguesa, pois os indígenas existentes no território já se utilizavam do transporte fluvial. Assim, sua abordagem quanto a relevância de ser ou não patrimônio cultural é legítima

No levantamento do Inventário e Cadastro de Construções e Oficinas de Carpintaria Naval do Elesbão realizado pelo IPHAN (2009) tem-se a identificação da relevância da estrutura urbana criada associada a “atividade de carpintaria Naval como atividade vocacional e compatível com sua posição geográfica” (IPHAN, 2009, p.65). O Ofício de carpintaria Naval é analisado como tendendo a desaparecer, pelo avanço tecnológico das construções navais. Dada a relevância, deveria haver maior divulgação e valorização cultural da área. Pelo levantamento socioeconômico, observou-se que a população possuía grande ligação com o espaço habitado. Entretanto “torna-se necessário um plano de manejo para a localidade, com delimitação de zoneamento com a finalidade de preservar as características locais, dando melhores condições de uso do solo sem degradação do meio ambiente” (IPHAN, 2009, p.66)

Segundo o IPHAN (2009), as primeiras famílias chegaram à Vila do Elesbão em meados dos anos 1950, provenientes das ilhas no Estado do Pará, a maioria do município do Afuá. A ocupação do local acontece inicialmente no lado oeste da atual comunidade. Segundo depoimento dos moradores, os primeiros habitantes do bairro ao chegarem ao local se separaram glebas de terra para uso próprio, em especial ligado ao agro extrativismo. Com o passar, a vender parte de suas terras começou a ocorrer, dando origem à formação de palafitas, que começam a ser construídas e interligadas por passarelas, primeiramente para na região a oeste da orla do rio, depois na direção leste.

Com a atividade de pesca predominante na região e, tendo em vista ser o rio a única forma de acesso para se chegar as demais comunidades e cidades, a construção naval surge naturalmente, como necessidade por parte destes moradores. Assim, este conhecimento passou a ser transmitido para as gerações seguintes e a atividade e suas embarcações passaram a ser conhecidas e procuradas pelos moradores das demais comunidades ribeirinhas, tanto do interior do Amapá que cresceram ao longo do rio Matapi como Cinco Chagas, Mazagão, etc, e ainda por moradores das ilhas do Marajó. A atividade de carpintaria naval expandiu tanto que nos dias de hoje predomina e caracteriza o local.

Um dos aspectos que tornam a Vila excepcional está a amplitude dos impactos socioambientais; Vila do Elesbão é fruto da ocupação de área ambiental que sofre com processo

de antropomorfização, revelando a relação histórica marcante definida por Milton Santos no espaço brasileiro de segregação social, onde os indivíduos menos favorecidos estão localizados em espaços poucos valorizados ou impróprios para uso e moradia, como locais próximo a rios, indústrias, morros etc. (SANTOS, 2009). A Vila foi formada por aqueles cuja atividade produtiva primeiramente abordava apenas de uma necessidade para quem era residente daquele local, já que o rio era o único meio de saída e a catraia indispensável para a movimentação da própria família (IPHAN, 2009). As relações econômicas eram apenas de extrativismo da área ambiental.

Figura 03: Mapeamento Cadastral da Vila do Elesbão efetuado pelo Iphan no Inventário e Cadastro de Construções e Oficinas de Carpintarias Naval do Elesbão



Fonte: IPHAN,2009

No entanto, nos últimos anos observou-se que a área foi impactada por atividades degradadoras do meio ambiente que são fundamentalmente a utilização de parte das terras mais firmes, para implantação de olarias ao longo dos igarapés. Além disso o Elesbão é conhecido pela influência da contaminação das áreas pelo arsênio. Conforme Lima et. al (2007) identifica, a contaminação advinda da exploração de manganês na Serra do Navio-AP foi resultado das atividades da empresa ICOMI Indústria e Comércio de Minérios S/A no período de 1957 a 1997 e do minério transportado até o Porto de Santana, às margens do rio Amazonas.

2. ANÁLISE E RESULTADOS

Com base nas fichas levantadas pelo Inventário e Cadastro de Construções e Oficinas de Carpintarias Naval do Elesbão, referente à realidade dos moradores da Vila do Elesbão, de um universo de noventa e uma edificações, conseguiu-se desenvolver um trabalho analítico com setenta e sete delas (Figura 04). Aproveitando-se dessa base de dados, aplicou-se a metodologia de *Survey* de Carter & Cromer (2005), apresentada na Figura 05. Na tabulação foram desenvolvidas três categorias gerais de apreensão das características da edificação: informações básicas de identificação do objeto; planta; e fachada, onde nas ultimas se dá o diferencial metodológico deste trabalho, em que se buscou a conjunção entre o trabalho analítico e empírico de leitura de arquitetura e espacialização dos dados.

Figura 04: Mapa de distribuição das edificações levantadas na realidade de edificações existentes na Vila do Elesbão



Fonte: Elaborado pelos autores, 2013

As variáveis articuladas especializadas em mapas, mostraram-se como feições do conjunto, explicitam-se a morfologia básica das unidades analisadas, dentro de uma realidade da apreensão da arquitetura básica vernacular trabalhada no referencial teórico e buscando identificar características locais identificadas isoladamente, a partir da realidade refletida pela comunidade como um conjunto, possibilitando a inferência acerca da relação entre os fenômenos de ocupação e consolidação da arquitetura típica ribeirinha. Além de mensurar as características também as especializam e correlacionam com os demais dados de referente a dados do

patrimônio cultural, entretanto dar ênfase a características comuns, mas para o caso, poder identificar se se tratam de traços da arquitetura vernacular.

O tempo informado de construção da edificação constitui como primeira variável analisada, conforme Figura 06-a. O que se pode constatar é que as informações prestadas sobre as edificações coadunam com a realidade discutida na análise da evolução urbana da Vila do Elesbão, demonstrando que núcleos mais antigos estão localizados a Oeste. Além disso, as edificações mais recentes concentram-se principalmente no ramal de acesso por via térrea que hoje se encontra asfaltado e que liga a Vila à cidade de Santana. Por possuir menor ligação com o rio, o ramal sofre menor influência das marés, quando comparado às demais regiões.

Figura 05: Modelo da tabulação de reconhecimento metodologia de Cartey & Cromley (2005)

WESTERN REGIONAL ARCHITECTURE PROGRAM
SURVEY FORM

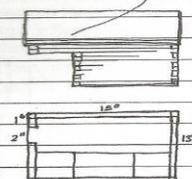
LOCATION (CITY, AREA, ETC.): ST. CHARLES									
COUNTY: BEAR LAKE					STATE: IDAHO			SURVEY DATE: 7/19/82	
SITE NUMBER	APPROX. DATE	BUILDING TYPE	PLAN / TYPE	HEIGHT	MATERIALS	ROOF	OUTBUILDINGS	ADDRESS / LOCATION	NOTES
1	1900	HS	CW	I	FR	GA	YES	PART A BLOCK 18	CROSS-WING
1A	1880	GR	—	I	LOG	GA	NO	"	LOG SHEDDING WITH CONTIGUOUS FRONT PORCHES
									
2	1880	HS	HP	1 1/2	FR	GA	NO	"	HALL - PARLOR / WOOD SIDING
3	1920	HG	BG	I	BR	HIP	NO	"	BRICK BUNGALOW
4	1910	CH	IFT	I	FR	GA	NO	"	1 - PART COMMERCIAL BLOCK

Fig. 35. Form that would accompany the map in figure 34, showing the site numbers, descriptive terminologies, and place for notes. Drawing by Collin Tomb. Used by permission of the Western Regional Architecture Program, University of Utah.

Fonte: Cartey & Cromley (2005 p.26)

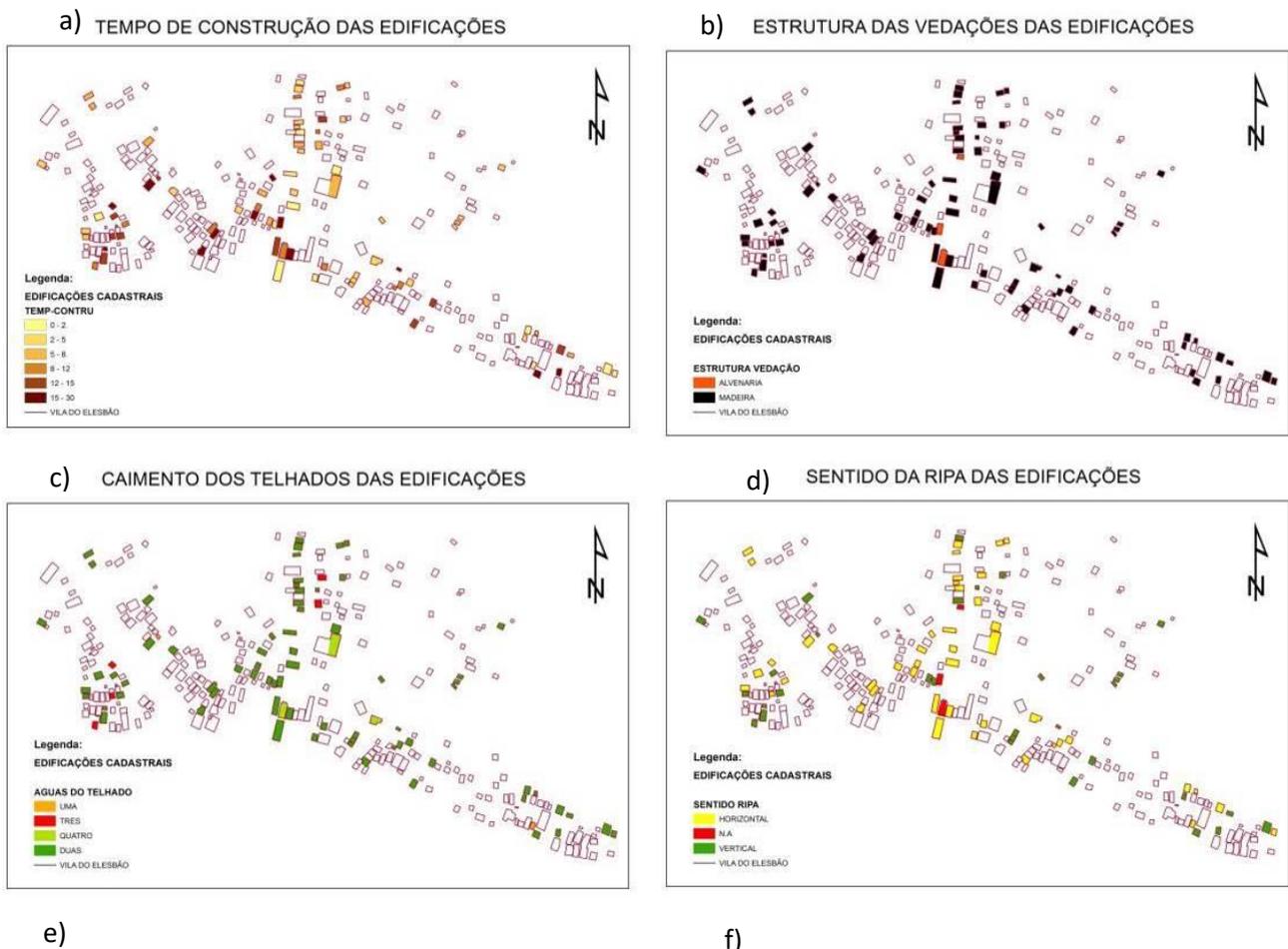
O tipo de acabamento das edificações foi captado por meio exercício de observação das fotos constantes na base de dados (fichas do IPHAN), nas quais foram avaliadas a possibilidade de presença de vedação em madeira pelas edificações: característica que demonstrou-se predominante (Figura 06-b), excetuando-se apenas três casos localizados na área do ramal asfaltado, o que indica uma possível relação do tipo de acesso de transporte, determinando a magnitude da influência da expansão advinda da região metropolitana.

A análise da distribuição espacial do caimento dos telhados demonstrou que a maior parte das edificações possui duas águas (Figura 06-c), confirmando-a como característica vernacular de

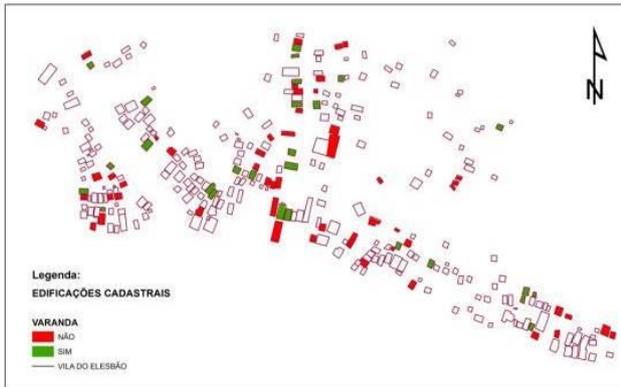
Weimer (2005), anteriormente levantada. A solução de telhado introduz variações na volumetria das habitações, mas, pela semelhança dos materiais, mantém estas variações dentro de um todo coerente que sublinha a herança compartilhada.

O sentido de adoção das ripas na fachada (Figura 06-d), constituiu-se em uma das variáveis derivadas da metodologia de Carter & Cromley (2005). A análise do acabamento da fachada, a partir da vista das fotos e dos croquis das fachadas, demonstrou que na área central das ocupações urbana predominaram as ripas horizontais como solução de vedação (Figura 07). Nos extremos Leste e Oeste, tem-se a adoção típica descrita por Weimer (2005) do padrão vertical. Tal comportamento encontrado ao longo do levantamento de campo ressaltou-se por ser característica vernacular atípica, diferenciando o modelo Elesbão do contexto encontrado por Weimer (2005). O jogo das texturas resulta da incidência da luz solar, permitindo explorar diferenciações que individualizam cada edificação.

Figura 6: Mapeamento de variáveis de características investigativas



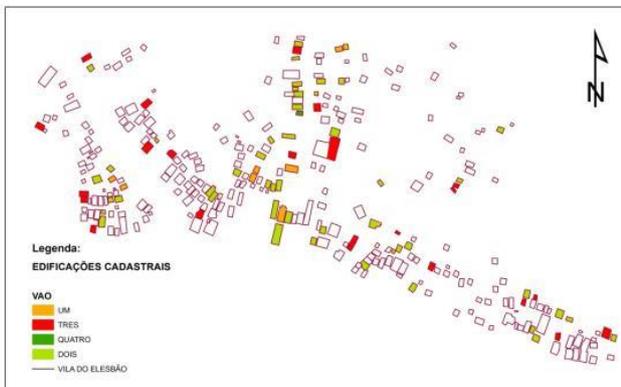
VARANDA NAS EDIFICAÇÕES



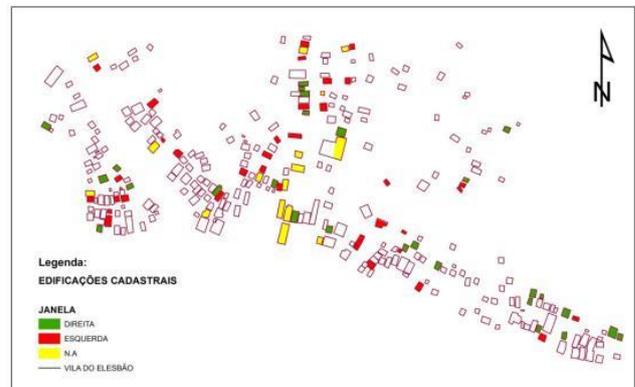
ALPENDRE NAS EDIFICAÇÕES



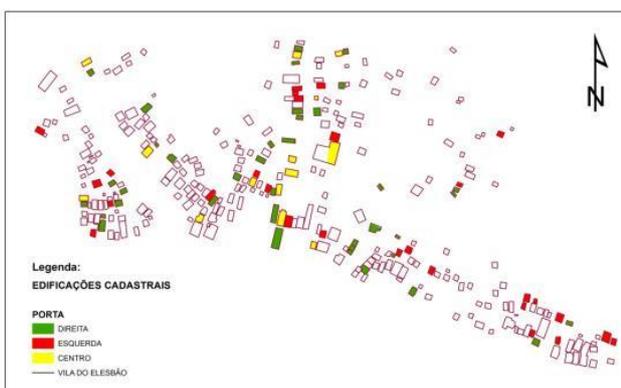
g) VAOS NAS EDIFICAÇÕES



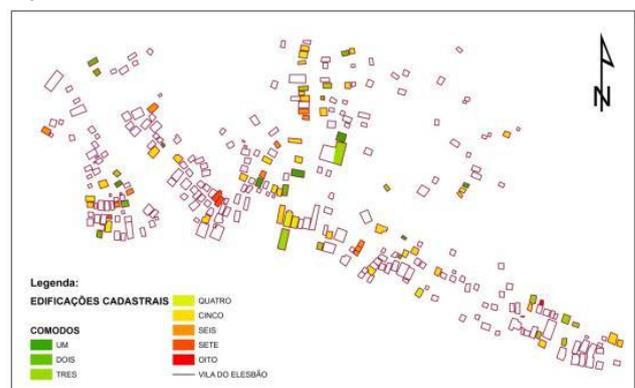
h) JANELAS NAS EDIFICAÇÕES



i) PORTAS NAS EDIFICAÇÕES

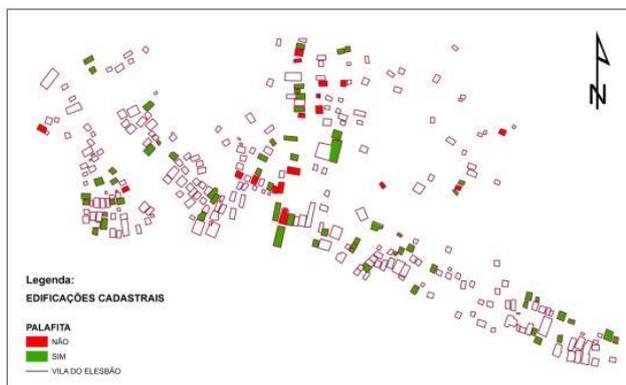


j) QUARTOS NAS EDIFICAÇÕES

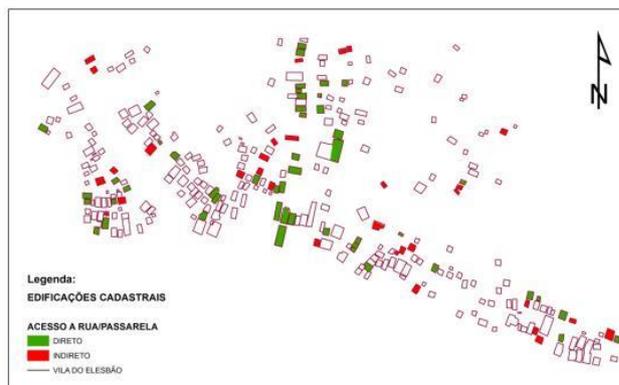


l)

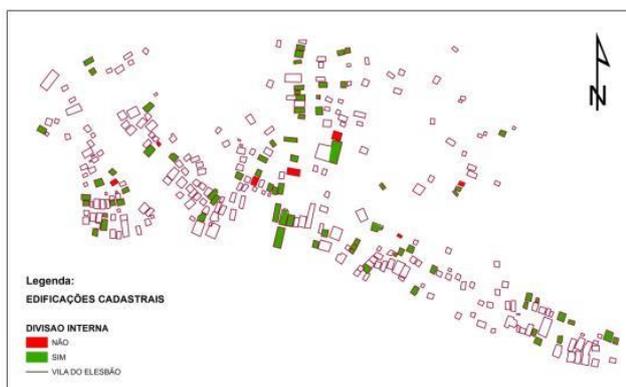
k) PALAFITAS NAS EDIFICAÇÕES



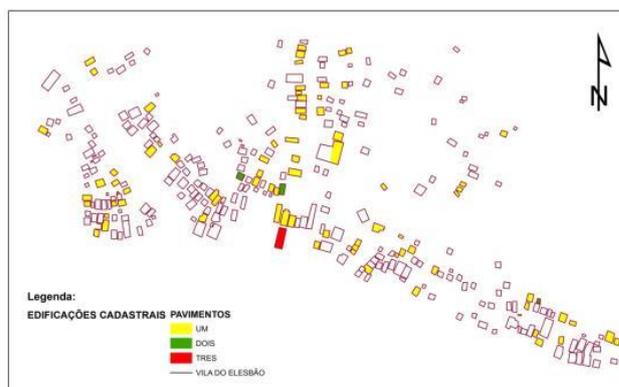
ACESSO A RUA/PASSARELA DAS EDIFICAÇÕES



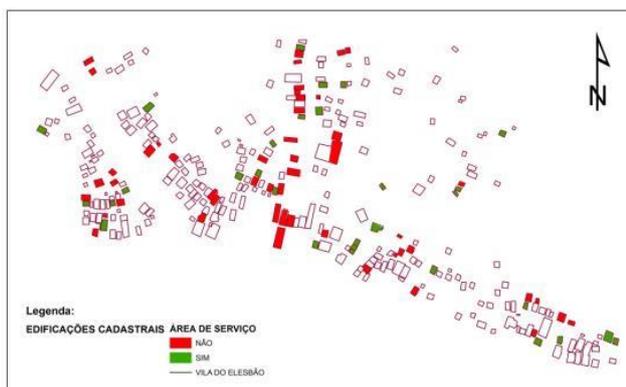
m) DIVISÃO INTERNA DAS EDIFICAÇÕES



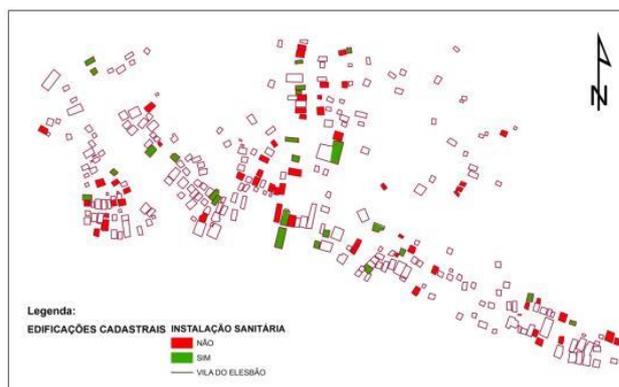
n) NÚMERO DE PAVIMENTOS NAS EDIFICAÇÕES



o) ÁREA DE SERVIÇO NAS EDIFICAÇÕES



p) INSTALAÇÃO SANITÁRIA NAS EDIFICAÇÕES



Fonte: Elaborado pelos autores, 2013

Figura 07: Exemplos de ripas de sentido vertical e com caimento lateral do telhado na Vila do Elesbão



Fonte: IPHAN, 2009

Outra variável considerada foi a “adoção de varandas” (Figura 06-e) em que se observou resultado típico de Weimer (2005), com a presença de algumas varandas nas edificações. Houve uma maior incidência desse resultado no núcleo central, com um pequeno grupo de construções da ocupação urbana, mesmo que com considerável de dispersão (Figura 08) A varanda, solução consagrada para proteger o acesso e facilitar a ventilação interna em clima chuvoso, suaviza a relação interior/exterior e trabalha no sentido de desfazer a solidez da volumetria edificada.

Figura 08: Exemplificação do uso de varanda e com caimento lateral do telhado na Vila do Elesbão



Fonte: IPHAN, 2009

O uso de alpendres, incomum na arquitetura vernacular de Weimer (2005) e, assim como os sentidos das ripas, apresentaram resultados que divergiram do esperado (Figura 06-f). A distribuição espacial (Figura 09) dessas características mostrou-se mais dispersa que o uso de varandas, com predomínio na área central do conjunto. Em dimensões reduzidas, garante o mínimo de proteção para o conforto do acesso em condições de sol e chuva intensos, mas atua também como um pórtico que amplia/enfatiza a ligação interior/exterior distinguindo a porta, elemento notável da composição de fachada.

Figura 09: Exemplificação de imóvel com o uso de alpendre na Vila do Elesbão



Fonte: IPHAN, 2009

A inspiração para a criação da categoria “presença de vãos” foi obtida a partir da análise dos casos de influência africanas de Weimer (2005), onde a posição da janela e das portas de frente para a fachada das edificações refletiram uma organização e planta típica. Assim, conforme exemplificado por Weimer (2005), as composições de fachada para o caso da arquitetura ribeirinha amazonense mantem à direita a porta e a esquerda a janela, não possuindo um número de vãos superior a três, dada a simplicidade da tipologia. A análise da Vila Elesbão (Figura 06-g) possibilitou auferir que o número de vãos acompanha este padrão, sendo predominantes a quantidade de dois vãos. Com a evolução urbana da área, observou-se uma tendência para o aumento do número de vãos para três nas extremidades da ocupação urbana, indicando uma melhora nas edificações. Apesar disso a variável se mostra dispersa e não homogênea na área

As fotografias e croquis das fachadas também possibilitaram avaliar a disposição das janelas na fachada. Ao cruzar as informações concernentes a essa variável com dados da evolução urbana das edificações, detectou-se (Figura 06-h) uma predominância nas partes mais antigas da vila da janela posicionada a esquerda, enquanto que nas novas áreas à direita, variação simples do vocabulário vernacular que garante a especificidade de cada unidade e respeita a linguagem compartilhada.

Relativo a disposição das portas na fachada, apesar da busca por um possível padrão, com base na distribuição espacial dos dados, não foi possível captar uma homogeneidade nas análises. (Figura 06-i) O único fato possivelmente recorrente foi a presença da porta à esquerda nos estaleiros. Talvez se possa neste elemento de composição ressaltar aquele que melhor caracteriza a individualidade do morador.

Quanto ao número de quartos (Figura 06-j), identificou-se que esses acompanharam a evolução urbana das edificações, em que construções mais antigas exibiram uma quantidade maior de cômodos quando compara às mais recentes. Comportamento que possivelmente foi

reflexo de um acréscimo de cômodos a tipologia básica. A maior parte das edificações possui dois ou três quartos, excetuando-se as edificações localizadas no núcleo central, onde não houve essa característica hegemônica. Uma possível explicação para o montante de quartos reside no hábito frequente da utilização de redes no ambiente da sala, e/ou utilização de ambientes de uso misto (comercial e residencial).

A presença ou não de palafitas foi elencada por Weimer (2005) como característica essencial para diferenciação da arquitetura vernacular das demais tipologias. (Figura 06-k). Este elemento, ainda que respeitando os casos anômalos, diferencia o conjunto e dá a ele sua nota característica mais notável: a leveza e a transparência na paisagem conforme a Figura 10.

No levantamento de campo identificou-se que enquanto os acessos das vilas estão condicionados a posição das palafitas/rua, de maneira que as edificações mais antigas já têm a estrutura consolidada e acesso direto, as edificações mais novas tem acesso indireto, o que introduz um elemento de riqueza espacial nas relações público-privadas do conjunto. (Figura 06-l)

A ausência de divisão interna, foi concentrada no núcleo central, na área da via de acesso terrestre, mas ainda assim, em número pouco expressivo. (Figura 06-m)

Figura 10: Exemplificação de tipologia de casa em palafita sobre o Rio Amazonas, na Vila do Elesbão, com acesso indireto e varanda, caimento lateral da cobertura



Fonte: IPHAN, 2009

A quantidade de pavimentos foi obtida por meio da observação das fachadas, buscando-se detectar a tendência de adensamento da área. A maior parte das edificações (Figura 06-n) possui apenas um pavimento, com uma pequena tendência a verticalização na área central, onde se dá o final da via de acesso terrestre, a sul do agrupamento da vila, esboçando-se uma convergência entre a centralidade do acesso e a volumetria que atuam no sentido de se reforçarem mutuamente.

A variável “área de serviço” buscou averiguar a presença de uma segunda área molhada, o que poderia significar a adaptação do estilo de vida ribeirinho ao estilo de vida moderno. A avaliação da presença de banheiro foi inferida pela presença dos termos “banho”, “banheiro” ou “instalação sanitária”. (Figura 06-o) Apesar de ter se detectado edificações mais recentes com áreas de serviço, a maior parte das edificações não apresentaram instalação sanitária, sendo as regiões mais antigas com predomínio da utilização do sistema de saneamento básico. (Figura 06-p)

Assim, a análise metodológica possibilitou que algumas conclusões relevantes fossem traçadas, dentre as quais destacam-se o tempo de construção das edificações e como a localização geográfica do grupamento influenciou na morfologia da edificação. As edificações mais antigas possuem maior simplicidade nas características de fachada e utilização de materiais (duas águas, ripas verticais), mas possuem melhor evolução de planta (maior número de cômodos): características mais próximas do modelo de arquitetura ribeirinha proposto por Weimer (2005).

As edificações próximas aos estaleiros sofreram maiores influências de alteração das características típicas da fachada, estando com guarda corpos decorados, alpendres e varandas. Edificações que não se explicitaram nem como mais antigas, nem as mais recentes, mas que apresentaram a capacidade de evolução de sua arquitetura frente a arquitetura ribeirinha comum, possuindo traços vernaculares diferenciados, de certa excepcionalidade: fato que demonstra a apropriação da técnica construtiva, mas adoção de partidos e justificativas próprias.

A medida que edificações se aproximam da terra, acabam por perder as características ribeirinhas, seja pela não adoção de palafitas ou pela ausência de divisão interna (muitas vezes resultado da adoção de atividades comerciais). Ainda nesse sentido, observou-se nessa categoria um aumento no número de pavimentos, fruto da influência de outros modos de construir (adoção de alvenaria).

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A arquitetura vernacular, que aparentemente poderia ser considerada como uma arquitetura que carrega traços que simulam um senso comum e não carrega excepcionalidade, ao ser analisada mais a fundo, demonstra sua capacidade de transportar para o futuro, em si, relevância cultural de suas heranças. Contudo, observa-se recorrentemente o tratamento da arquitetura vernacular como arquetípica, simbólica, míticas, reconhecendo os espaços apenas como geométrico, reduzindo tal tema em razões epistemológicas e metodológicas.

A Vila do Elesbão se insere em termos de condicionantes que podem o caracterizar como um “lugar”, ao que, condicionando a interpretação da Arquitetura Vernácula retoma o conceito

criado pelo autor Norberg-Schulz (1980), que afirma que a existência do ser é por si “espacial”. Frente os conceitos básicos do espaço necessários para se orientar no mundo, observa-se que a maioria dos estudos sobre o espaço arquitetônico vem sendo afetada por imprecisas definições conceituais e a omissão da estrutura chave do que nomeou de espaço existencial. Depreende-se que a arquitetura tal qual hoje se analisa, engloba apenas edificações e não pessoas. Os objetos arquitetônicos são um sistema de imagens perceptivas dotado de uma forma espacial constante desde o primeiro até o fim de seus deslocamentos sucessivos, constituindo-se um elemento que pode ser solto no “desdobramento causal” dos seres no tempo. A arquitetura como produção cultural é esquecida como produção humana.

Norberg-Schulz (1980), diante da apreensão do espaço existencial, classifica-os em níveis, destacando o nível urbano relacionado à ocupação humana extremamente antropomorfizada. Ora, tal ambiente distingue-se na aérea do patrimônio cultural do ambiente construído em oposição ao ambiente natural. Norberg-Schulz (1980) cita que “No nível urbano encontramos muitas vezes estruturas determinadas por atividades próprias do homem, isto é, por sua interação com ambiente ‘obra do homem’. Neste nível, por consequência, a forma básica é o que poderia ser chamado de “nosso lugar”. O nosso lugar, no contexto do Elesbão é a leitura do comum, do que permeia toda a comunidade, que pelo desdobramento causal no tempo implantou a conservação das referências culturais vinculadas a atividade de marcenaria voltada para fabricação de embarcações. Conclui-se que a arquitetura do eu, a obra do homem, é reflexo do coletivo conservado.

Quando a existência primeira da arquitetura vernacular, está necessariamente se dá sentido e significado na paisagem urbana, tornando-se diferenciada das demais por meio da identificação deste lugar, conferindo-lhe autenticidade. Os aspectos antropológicos são relevantes, mas considerando o espírito do lugar, observa-se que o cerne da arquitetura vernacular está inserido em uma dimensão de coletividade histórica, que não apreende uma geração ou duas, mas transcende a própria civilização contemporânea. A arquitetura vernacular, destarte, é arquitetura sem época, mas arquitetura dos descendentes.

Diante da importância da arquitetura vernácula, destaca-se a importância da reflexão sobre a Vila do Elesbão, em termos de sua conservação enquanto bem cultural. Contudo, ao se considerar questões norteadoras da construção do bem cultural, deve-se atentar aos problemas de gestão de uma chancela da paisagem cultural, tais como as dificuldades enfrentadas quanto à manutenção dos ofícios de carpintaria naval.

AGRADECIMENTOS

Especial agradecimento à Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), por intermédio do Programa de Mestrado Interdisciplinar em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável, e a Universidade Federal de Rondônia (UNIR), por intermédio do Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente, cujo apoio foi imprescindível à consecução dos objetivos desta pesquisa interdisciplinar vinculada. Agradecimentos a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e a Universidade Federal de Goiás (UFG), pelo estímulo a formação continuada e retomada dos frutos do mestrado, através do Programa de Doutorado Interinstitucional DINTER/UNIFAP. Agradecimentos ao IPHAN pelo apoio fornecido e a comunidade da Vila do Elesbão, pela recepção sempre recebida. Por fim, à Universidade Federal do Amapá, por intermédio do Programa de Auxílio ao Pesquisador (PROPEV) e do grupo de Pesquisa CUCAS - Cultura, Comunicação, Artes e Sociedade.

REFERENCIAS

CASTRIOTA, Leonardo Barci. **Patrimônio Cultural - Conceitos, políticas, instrumentos**. Belo Horizonte. Editora Annablume. IEDS. 1ª Edição., 2009.

CARDOSO, Joaquim. Arquitetura Rural. IN: RODRIGUES, José Wash e outros. **Arquitetura Civil I**. São Paulo: IPHAN. 1975.

CARTER, Thomas; CROMLEY, Elizabeth Collins. **Invitation to Vernacular Architecture – A guide to the study of Ordinary Buildings and Landscapes**. The University of Tennessee Press. Knoxville, 2005.

IPHAN. Departamento de Proteção Material. **Inventário e Cadastro de Construções e Oficinas de Carpintarias Naval do Elesbão** [manuscrito]. Brasília, IPHAN, 2009.

LIMA, M.O, et all. Avaliação de arsênio total, de elementos traços e bacteriológica em águas de consumo na comunidade do Elesbão, Município de Santana, Estado do Amapá, Brasil IN: **CAD. SAÚDE COLET.**, RIO DE JANEIRO, 15 (4): 467 - 482, 2007. Online. Acesso em 23 de junho de 2013. Disponível em:
<http://iah.iec.pa.gov.br/iah/fulltext/pc/artigos/2007/cadsaudecolet2007v15n4p467-482.pdf>

NORBERG-SCHULZ, Christian. **Genius loci. Towards a phenomenology of architecture**. Londres, Academy Editions, 1980.

RASMUSSEN, Steen Eiler. Tradução Alvaro Cabral **Arquitetura Vivenciada**. 2ª Edição. São Paulo,. Editora Martins Fontes. 2002.

RYKWERT, Joseph. **A casa de adão no Paraíso: a idéia da cabana primitiva na história da arquitetura**. São Paulo. Editora Perspectiva., 2009.

SANCHÉZ, M.L & OLIVEIRA, M.F. **Patrimônio modesto em movimento: diálogos urbanos entre história social e arquitetura** Revista Eletrônica Arquitectos. Disponível on line em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitectos/08.093/167>>.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**. 4º ed. São Paulo: EDUSP, 1996/2009.

SILVA, Elvan. **Uma introdução ao projeto arquitetônico**. Porto Alegre: UFRGS, 1983

VENTURI, Robert. **Aprendendo com Las Vegas**. São Paulo. Editora Cosac & Naify., 2003.

WEIMER, Gunter. **Arquitetura popular brasileira**. São Paulo. Editora Martins Fontes, 2005